



ATA DA 190ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos 21/06/2016, sob a presidência do Senhor Secretário Gilberto Natalini, realizou-se a 190ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, convocada com a seguinte Pauta:

Expediente:

1. Posse da senhora **Janaína Reis** e do senhor **Thiago Brianti** como Conselheiros Titular e Suplente, respectivamente, representantes da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS, no CADES.
2. Posse do senhor **José Edilson Marques Dias** como Conselheiro Titular representante do Ministério do Meio Ambiente - MMA, no CADES.
3. Informes.
4. Sugestões para inclusão na pauta desta reunião.

Ordem do dia:

1. Exposição sobre a Retomada do Programa Córrego Limpo.
2. Sugestões para Pauta da próxima reunião e Assuntos Gerais.

Gilberto Natalini (Presidente) - Bom dia a todos e todas, cumprimentei a maioria pessoalmente. Obrigado pela presença. Vamos iniciar a 190ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da cidade de São Paulo, dia 21 de junho de 2017, quarta-feira, início às 9:30 aqui no Edifício Martinelli. A pauta de hoje, que eu julgo extremamente importante, é uma explanação sobre a retomada do programa Córrego Limpo. Ah, chegou. O Palermo está aí. Você estava sendo arduamente esperado. Palermo é o Secretário Executivo do Comitê do Convênio Prefeitura-SABESP. Bom



dia, Palermo. Nós achamos por bem dar ciência aos Conselheiros do CADES a respeito desse projeto, que tem um impacto enorme na sustentabilidade, nas questões ambientais, urbanísticas da cidade, por conta de que tira esgoto dos córregos, dos cursos d' água e também revitaliza os cursos d' água. Esse projeto Córrego Limpo começou lá quando o Kassab era a Prefeito e o Serra era Governador. Ele funcionou por um período, ele chegou a recuperar muitos córregos em São Paulo, produziu parques lineares importantes em São Paulo, como o Sapé, o Água Vermelha, o São José, e outros. E depois, na gestão passada, houve uma dissintonia. A Prefeitura não quis mais fazer. A SABESP continuou fazendo por conta, mas imagina: o córrego é de governabilidade da Prefeitura; se a Prefeitura não vem, a SABESP tira o esgoto. Então houve uma descontinuidade. Embora a SABESP tenha continuado a investir na retirada de esgoto, chegando a ter mais de 100 córregos, 160 córregos onde foi feita a intervenção, mas a parte de revitalização, de limpeza, de plantio, de construção de parque linear não deu continuidade. E aí agora, nessa gestão, as articulações que foram feitas entre o Prefeito e Governador - nós participamos de todas elas junto com outros Secretários, porque essa operação é da Secretaria de Prefeituras Regionais, da Secretaria de Habitação, da Secretaria do Verde e Meio Ambiente e tem outras Secretarias que participam num comitê junto com a SABESP. A SABESP é o órgão do Estado que financia e também executa a retirada do esgoto. E a Prefeitura entra com a parte habitacional, a parte de revitalização, recuperação de matas ciliares etc. O Palermo vai fazer uma exposição de 30 minutos. Já está pronto, Palermo? E depois abre para a participação de vocês: perguntas e dúvidas, críticas e elogios, aquilo que for o caso. Então eu passo a palavra ao nosso amigo Palermo, para que ele possa fazer exposição dele. Por favor, com a palavra.

Marco Antonio Palermo (Secretário Executivo Convênio Prefeitura - SABESP) - Bom dia a todos, Senhor Secretário, Presidente do CADES.

Gilberto Natalini (Presidente) - Quer que apague a luz?

Marco Antonio Palermo (Secretário Executivo Convênio Prefeitura - SABESP) - Acho melhor essa da frente aqui. Isso. Obrigado. Agradeço o convite, ao Presidente, aos Conselheiros. Nós vamos falar um pouquinho hoje, sobre o que chamei de Intervenções Integradas de Saneamento do Município de São Paulo nesse período 2017/2020, com destaque ao programa Córrego Limpo para esta reunião. Lembrando, conforme o Secretário Natalini colocou, no que diz respeito ao saneamento, pelo Marco Regulatório o poder concedente dos serviços de saneamento, ou seja, água, abastecimento de água, esgoto, resíduos sólidos, drenagem é de competência municipal. Entretanto, por se tratar de um caso



específico, de uma região metropolitana altamente complexa, na bacia do Alto Tietê, o Município de São Paulo tem um processo de gestão do saneamento que é único no Brasil. Essa gestão é compartilhada, ela não é exclusiva do Município, ela é compartilhada entre o poder público municipal e o poder público estadual, por essa natureza complexa e específica. Então esse é o único caso no Brasil. Para esse fim, existe um Comitê Gestor para os serviços de saneamento na capital paulista. Esse Comitê Gestor é paritário entre o Município e o Estado. Existe então um convênio que regula isso, existe um contrato entre o Município e a SABESP, concessionária, e essa gestão desse contrato, como eu disse, é paritária. De dois em dois anos, a gestão é exercida, a Presidência, a Secretaria Executiva, pelo Estado e nos dois anos seguintes, pelo Município. Em 2017, no biênio entre 2017 e 2019, essa gestão é do Município de São Paulo. O Presidente é o Vice-prefeito Bruno Covas, eu sou Secretário Executivo, o Secretário Natalini compõe o Comitê Gestor juntamente com o Secretário de Governo, a Secretária de Urbanismo e Licenciamento, o Secretário da Habitação, o Secretário de Serviços e Obras. Muito bem. Essas questões vinculadas ao licenciamento incluem, então: investimento em reservação e abastecimento, investimento em esgotamento sanitário, coleta e tratamento de esgotos, também as ações em drenagem e as ações nas vias públicas e investimentos no Córrego Limpo. Isto não acontecia antes. Isto, até a revisão do contrato, em 2016, o programa Córrego Limpo era sujeito a um convênio específico. Esse convênio expirou na gestão anterior e foi interrompido. Quer dizer, ele começou em 2007, foi até 2012, início de 2013, daí foi interrompido. Quando nós fizemos a revisão do contrato, quando foi firmado, em dezembro de 2016, pouco antes de a administração atual assumir, nós conseguimos incorporar no contrato o programa Córrego Limpo, ou seja, agora ele é um programa permanente de saneamento do Município. Ele existirá enquanto perdurar o contrato, ou seja, o nosso contrato tem duração até 2039, então até 2039 nós teremos o Córrego Limpo incorporado ao contrato com a Prefeitura. Então aqui nós temos, conforme seu Secretário, o operador do contrato, a concessionária é a SABESP, as Secretarias municipais que se articulam com a SABESP (Urbanismo e Licenciamento, Serviços e Obras, Prefeituras Regionais, Verde e Meio Ambiente e SEHAB). Evidente que outras também podem se articular, mas essas é que estão no Comitê Gestor e as demais podem ser chamadas, e outras agências, outras instituições, sempre que necessário. Este mapa aqui detalha algumas prioridades em termos de obras de coleta e tratamento de esgoto que estão vinculadas ao programa Córrego Limpo e elas estão associadas à segunda e à terceira etapas do Projeto Tietê e também em outras intervenções em andamento no orçamento do programa da SABESP entre 2017 e 2020. E elas é que constituem o arcabouço do programa



Córrego Limpo. Muito bem. O programa Córrego Limpo, até 2013, ele entregou mais de 100 córregos, 140 córregos, na realidade. Esses aqui são os córregos que foram entregues até 2013. E naquela ocasião, na primeira etapa, principalmente, na primeira fase (nós estamos agora na quinta fase do programa Córrego Limpo). Da primeira até a quarta foram privilegiados córregos mais em áreas de mananciais, córregos abertos, bacias menores, trechos, enfim, que pudessem já trazer alguma contribuição em termos de despoluição dos cursos d'água. As premissas do Córrego Limpo são basicamente essas: a universalização do saneamento no Município de São Paulo não será obtida sem a parceria entre a Prefeitura e a SABESP, que é a nossa concessionária. Isso requer um planejamento de ações em conjunto, atenção e atuação permanentes nas bacias para preservar o Córrego Limpo e ser elemento da paisagem urbana. Muito bem. Conforme eu disse, na revisão contratual que foi feita, que foi assinada, que foi firmada em dezembro de 2016, com a SABESP, nós incorporamos, então, o programa Córrego Limpo no orçamento; ou seja: agora nós não dependemos mais de convênios pontuais, que estavam sujeitos a não serem renovados, e ter falta de recurso etc. Ou seja, existirá sempre recursos para o Córrego Limpo. Nós estimamos no Programa de Investimentos até 2039, esse Programa de Investimentos é revisto a cada dois anos; então, a cada dois anos, nós temos a oportunidade de rever esse Programa de Investimento, mas ele já está dimensionado até 2039. Então, nós prevíamos aqui para essa quinta fase que reinicia o Córrego Limpo (2017/2018/2019) R\$ 32.130,000,00 a serem investidos, 45 quilômetros quadrados de área a ser despoluída. No segundo período - vocês vêem que ele vai crescendo - (ininteligível) R\$ 63 milhões, R\$ 92 milhões e R\$ 360 milhões nos últimos 10 anos. Quer dizer, essa é a tendência, realmente, à medida que ele vai ganhando fôlego, vai ganhando espaço, vai ganhando dimensão. Então nós estamos, na realidade, agora, preparando. Nós estamos em uma fase em que nós estamos recuperando aqueles córregos que foram despoluídos e que se perdeu ao longo dos últimos anos. E à medida que nós vamos entregando novos, nós vamos ganhando fôlego e dimensão para ampliar os investimentos, principalmente começando... Por que é que esses valores eles crescem? Porque a estratégia é de, a partir de determinado ponto, intervir em rios de grande escala, de grande dimensão, nos grandes córregos da cidade e, na medida do possível, renaturalizá-los, quer dizer: abandonar aquela política de canalização fechada, enterrada etc. e trazer eles de volta à paisagem uma vez que eles estão recuperados. Precisamos lembrar que a maior parte dos milhares de quilômetros de córregos e rios urbanos da cidade está enterrada, em primeiro lugar por uma questão de saúde pública, originária do passado, em que eles estavam tão poluídos e causavam tantos danos à saúde que a melhor solução



encontrada é.. “vamos então deixá-los, digamos, ocultos”, está certo? - A antiga solução romana de afastar as águas poluídas, inventada há milhares de anos. Mas, além disso, o que se privilegiou em função disso a possibilidade de um aumento do sistema viário. Então isso complicou um pouco, digamos a paisagem e a questão ambiental, mas enfim, o resgate, à medida que os córregos voltarem a ficar despoluídos, nós podemos, sempre que possível, retroagir e procurar trazer a renaturalização como princípio e o replantio das margens, quer dizer: todas essas políticas ambientais precisam ser resgatadas. Então, os critérios básicos para o novo programa Córrego Limpo desta fase seriam: a retomada dos córregos em andamento e comprometidos, a prioridade na despoluição de mananciais, principalmente córregos com maior carga poluente, atuar em córregos emblemáticos e de maior porte, como o Riacho do Ipiranga e o Córrego Freitas, atuar nos córregos em parques, evitar/adiar córregos que necessitam de remoções em grande escala, porque isso, evidentemente, onera e dificulta a intervenção dos trabalhos. Isso também explica por que os investimentos de mais longo prazo é que são maiores; porque precisa realmente de um aporte, de uma preparação da infraestrutura urbana e habitacional para as transferências que são necessárias. E evitar/adiar córregos com baixo benefício-custo, aqueles que não têm muito resultado. Então, nós estamos no momento em andamento com 9 novos córregos. Temos 66 comprometidos, sendo que, desses 66, a maior parte já está sendo resolvida, porque são problemas que não são exatamente de qualidade da água, mas são mais de remoção de resíduos sólidos, quer dizer, retirada de vegetação, ou seja, uma regularização de margens e de plantio de novas espécies. Há alguns com ocupação irregular, outros sem acesso de pontos de coleta e outras ações que dependem da Prefeitura e da SABESP e mais outros novos que a SABESP propôs desenvolver. No programa Córrego Limpo nós fazemos reuniões quinzenais. A reunião desta quinzena está sendo hoje, nesse momento. Como não foi nesse andar, está no 11º andar. O pessoal está trabalhando hoje aqui para, exatamente, fazer o balanço dessas ações que foram desenvolvidas em junho com as Prefeituras Regionais em conjunto com as Unidades de Negócio da SABESP e programar as novas entregas. Todas essas questões voltadas aos córregos comprometidos estão sendo discutidas neste momento, em função de uma programação de vistorias conjuntas e de trabalhos de campo que foram realizados durante este mês de junho. E no dia de hoje, o grupo específico, a comissão temática do Córrego Limpo, o Comitê Gestor está reunida exatamente para verificar os resultados e dar prosseguimento aos trabalhos. Esse pessoal se reúne periodicamente, pelo menos a cada 15 dias. Aqui, serve para mostrar a extensa lista... e aqui estão as Unidades de



Negócio da SABESP e aqui estão os córregos e aqui estão as localizações, a extensa lista de córregos, que está sendo discutida hoje. Em amarelo aqui estão aqueles que tiveram vistoria programada no mês de junho, inclusive alguns já no final de maio. Então vocês têm a datas aqui. Vejam o trabalho que está sendo realizado, bastante intensivo, com a participação conjunta das Unidades de Negócio da SABESP e das coordenadorias de projetos e obras das Prefeituras Regionais. Onde é necessário, também o Verde e Meio Ambiente participa, também onde é necessário Serviços e Obras participa, onde há necessidade de obras específicas vinculadas que não podem ser executadas pelas Prefeituras Regionais, onde há necessidade de intervenções em parques, em margens, em áreas de proteção permanente, o Verde participa também. Aqui é a mesma lista, dividida por Prefeituras Regionais. Então vocês vejam que a maior parte dos problemas de recuperação está aqui, está mais voltada à Zona Sul (Capela do Socorro, Parelheiros, Santo Amaro M'Boi Mirim). Alguma coisa no Norte e alguma coisa no Leste. Os principais problemas que nós estamos encontrando de recuperação estão na Zona Sul e Leste. Centro praticamente não tem e Norte, pouco. Com relação aos córregos emblemáticos, vamos citar essa nova estratégia de atuação nos grandes córregos. Esses casos vão ser discutidos especificamente, não como esses anteriores, que são voltados às Prefeituras Regionais. Aqui nós temos que fazer reuniões mais detalhadas, mais aprofundadas, porque existem projetos de maior dimensão, e um dos que nós destacamos é o Riacho do Ipiranga, que aqui existe uma planta aqui articulada, onde nós observamos a partir dessa região aqui junto ao Parque do Estado, onde tem o Centro de Convenções Imigrantes, nós temos já um trecho que foi identificado como, talvez, viável à renaturalização e que está sendo estudado. E existe esse trecho em rosa, que terá obras de contenção de inundações feitas pela Secretaria de Serviços e Obras. E daí ele prossegue. Aqui já tem muitas obras executadas, e a nossa intenção é chegar até as proximidades do Parque da Independência. E, o nosso objetivo maior é alcançar a despoluição até 2022. Seria uma excelente oportunidade para comemorar o Bicentenário da Independência do Brasil com o Riacho do Ipiranga despoluído. Essa é uma meta que nós colocamos muito ambiciosa, mas é necessária. Outra meta muito ambiciosa, essa foi colocada diretamente pelo Prefeito, foi pautada pelo Prefeito: o Córrego Freitas. O Freitas é um afluente do Córrego do Morro do S, e ele tem uma condição bastante peculiar e bastante complexa, principalmente nas áreas de ocupação, digamos, por assentamentos precários nas margens, ou seja, na área reservada. Esta dificuldade aqui é que nós temos que superar em função das ocupações, são mais de 1.000 famílias que estão assentadas de forma precária aqui nas margens



do córrego. Então, isso impede, mesmo por método não destrutivo, a atuação da concessionária e, além do que, se traduz numa condição de vida, numa condição social bastante desfavorável. Então nós temos aqui, vamos ter aqui, um trabalho específico no Córrego Freitas ao longo dos próximos anos. Também é um trabalho de grande escala. E entregues em 2017, quer dizer, você veja, nós já temos, nós começamos, reiniciamos o trabalho agora em janeiro de 2017 e já conseguimos entregar três córregos este ano. Estamos em junho. O primeiro é o Córrego Parque M'Boi Mirim, que está em muito boas condições, condições de qualidade da água ótima; o Córrego Carajás e o Córrego Uberaba. Aqui nós temos o Córrego Parque M'Boi Mirim. Ele já foi concluído, está, digamos, formalmente entregue pela SABESP, não houve nenhum evento ainda, mas ele está aqui nessa região que vocês conhecem, que é Jardim Ângela, aqui nesse ponto. Aqui nós temos o monitoramento da qualidade das águas. Veja só: como referência, o programa Córrego Limpo, para um córrego ser enquadrado no Córrego Limpo ele tem que estar com o DBO abaixo de 30, o que significa uma qualidade de água boa, compatível com a vida aquática. E aqui, veja só, aqui nós temos vários pontos, todos menores que 30 e vários inclusive menores que 10, ou seja, é uma qualidade de água excepcional. Então nós temos aqui um resultado, oxigênio dissolvido acima de 6/7, quer dizer, isso dá até para ter truta e salmão, se fossem peixes da nossa região. É um resultado muito importante, ainda mais em se tratando de um parque. Aqui nós temos as referências para DBO, em que vocês observem que aqui a nossa referência para o Córrego Limpo, que equivale, digamos, à referência obrigatória da saída de uma estação de tratamento de esgotos na região metropolitana, quer dizer a SABESP tem obrigação, ao tratar o esgoto, de liberar para o curso d'água DBO no máximo de 30. Então o Córrego Limpo tem uma referência, equivalente à referência de uma estação de tratamento, do resultante, de um tratamento de esgoto secundário bem operado. E, observem que lá no Carajás nós estamos em muitos casos abaixo de 10, ou seja, condições boas. Ainda não dá para ter contato primário, mas pode ser utilizado até para regas de hortaliças e possibilita a existência de peixes, a dessedentação de animais e o tratamento convencional de água, ou seja, é uma água classe 3, quer dizer, uma água que permite até tratamento para consumo. Você tem, com tratamento apropriado, água para abastecimento público. Vejam a qualidade de água que nós conseguimos nesse caso. Aqui essas imagens são do córrego do Parque M'Boi Mirim. Vejam que ela está inclusive com..., em função dessa condição de parque, mas ela era uma área contaminada, apesar de estar no parque, em função dos lançamentos de esgotos que afluíam ao parque. Então isso tem duplo benefício, porque nós resgatamos o parque para a sua função e constituímos



também uma reserva hídrica importante para a cidade. Muito bem, vamos falar, então, do último que foi entregue, esse entregue aqui pelo Secretário e pelo Prefeito no sábado, dia 10, e foi o Córrego Uberaba. Essa é outra dimensão de córrego. Aqui nós estamos tratando não de um córrego aberto como o do Parque M'Boi Mirim. Esse é o primeiro grande córrego fechado, porque nós precisamos despoluir os córregos fechados, porque, em primeiro lugar, eles são a maioria; está certo? Quer dizer, a maioria da rede hídrica canalizada na cidade de São Paulo é fechada. E se nós não os despoluirmos, nós nunca conseguiremos chegar a despoluir o Tamanduateí, o Pinheiros e o Tietê. Então é importantíssimo. Essa é a maior bacia que foi despoluída até agora. Ele é o córrego número 150 que foi entregue e sendo número 150 é o maior de todos, porque é uma bacia de 10 km quadrados numa área bem central. Aqui estão os bairros de Moema, da Vila Clementino, não é? Aqui esses afluentes, aqui o Paraguai/Éguas eles se encontram e formam o Córrego Uberaba. Aqui onde está, mais ou menos nesse ponto, a Secretaria Municipal de Esportes, onde foi o evento, depois ele prossegue, se une a outro braço e desemboca no Rio Pinheiros, próximo da Elevatória de Traição. Então é um grande curso d'água. Esse é um grande sucesso, que é um sucesso que contraria aquela tese antiga de que "obra boa não é obra enterrada". Ao contrário, essa é a obra correta. Essa é a obra correta, é a obra que nós precisamos enfatizar como necessária para a melhoria das qualidades ambientais da cidade. Vejam, essa é a água que foi retirada no dia do evento na frente de todos. Vejam só. Aqui é um amostrador. Nós estávamos no evento com um laboratório volante da SABESP para analisar água, digamos, em tempo real, no momento. O Prefeito retirou com esse amostrador, pessoalmente, a água do córrego, através de um poço de visita, que estava aberto. Essa é a água. Essa é a foto da amostragem que foi feita na hora, ou seja, pelo próprio aspecto, vejam que a água é altamente, está totalmente despoluída, quer dizer, ou seja, é uma água límpida e a única coisa é que ainda ela corre subterraneamente. Ela não está aflorante, mas está lá. Vejam só: 10 km quadrados de área da bacia, 240 mil pessoas beneficiadas, a extensão da rede coletora implantada para a retirada dos esgotos, é um quilômetro e três, foram retirados 5.184.000 litros de esgoto por dia desse córrego. Ou seja, é uma quantidade enorme de esgoto. Vejam que é um trabalho que teve investimento exclusivo, apenas para esse fim, de R\$ 2,5 milhões. Investimentos nosso, quer dizer, contratados pela SABESP, em parceria. Aqui está a imagem do dia 10 de junho. O Prefeito exatamente após quando foi feita aquela coleta da amostragem por ele. Esse é o laboratório volante da SABESP e aqui, em seguida, foram plantadas duas árvores: uma pelo Prefeito e uma pelo Secretário Natalini, e foram regadas com aquela água que vocês viram. Essa foi a nossa última entrega. Bem, novas



propostas que estão em curso, sendo analisadas, são integrar essas ações em córregos com obras da prefeitura, principalmente as obras de grande porte da Secretaria de Serviços e Obras, e das Prefeituras Regionais, também atuar em parques - e alguns aqui, eu tenho algumas sugestões - e nas áreas de mananciais, nos córregos mais poluídos. Como estratégia, a renaturalização dos córregos. Estratégia fundamental: abertura de canais fechados e plantio arbóreo nas margens recuperadas. Essa é uma estratégia que nós vamos, sempre que possível, onde houver possibilidade, atuar na renaturalização e no plantio das margens, quer dizer, é a reversão de uma situação secular de, vamos dizer, que perdurou no Município. Algumas propostas de renaturalização já estão em curso, como Vila Madalena, Saracura, Vila Leopoldina. E para isso nós precisamos fazer estudos de viabilidade técnica, a escolha dos trechos tecnicamente viáveis, elaborar os projetos, obter os recursos. E as fontes de recursos evidente que são as fontes contratuais, mas elas também podem ser agregadas a outras fontes, tipo fundos de investimento, compensação ambiental, fundos de compensação ambiental e até fundos de recursos hídricos podem ser utilizados para esse fim. Tudo o que vier não é necessariamente só recurso do contrato. Podem ser captados recursos externos também para esse fim. Apenas para concluir e dar uma dimensão para vocês dos investimentos previstos no Município em saneamento. Além do Córrego Limpo, nós teremos até 2039 previstos em orçamento R\$ 44 bilhões, sendo R\$ 23 bilhões, quase 23,5 bilhões, em abastecimento público; R\$ 20,257 bilhões em esgoto e R\$ 341 milhões em recuperação de mananciais. Então isso é a síntese do orçamento que a Prefeitura mantém em contrato com a SABESP, ao longo de todo o seu período. Aqui é o total de investimentos, sendo que uma parte desses investimentos... Veja essa parte aqui no que diz respeito à água, 66% desses investimentos são exclusivos para o Município e outros são compartilhados com outros Municípios, mas beneficiam também o Município de São Paulo, porque nós estamos evidentemente numa região metropolitana e, portanto, alguns investimentos também são compartilhados. E o sistema adutor da SABESP, ele é metropolitano, ele não é só para o Município de São Paulo. Em esgoto, em termos exclusivos, nós temos 55%, ou seja, a maior parte dos investimentos na região metropolitana que diz respeito a esgoto é exclusivo para o Município, mas uma parte é compartilhada com os demais Municípios também, porque, pela mesma razão, o sistema de tratamento da SABESP, de tratamento e coleta é metropolitano. Atende não só o Município de São Paulo. E também, não poderíamos deixar de dizer que há intervenções necessárias e importantíssimas da Secretaria Municipal da Habitação que estão vinculadas ao Fundo Municipal de Saneamento Ambiental, que é derivado desse contrato



também, onde 7,5% da receita bruta da SABESP no Município ela é trimestralmente depositada nesse fundo e a Secretaria Municipal de Habitação utiliza esse fundo para as obras necessárias à compatibilização do desenvolvimento habitacional com o saneamento. Também o plano de urbanização de favelas está vinculado ao nosso contrato, o Renova São Paulo e o programa Mananciais. Bem, então a nossa agenda 2017/2020 prevê, em síntese, a revisão do plano municipal de saneamento ambiental, porque nós temos que atualizá-lo face às novas diretrizes de Governo e também por ser uma obrigação do Marco Regulatório. Isso está agora nas metas que vão ser colocadas e no desenvolvimento dos trabalhos do Comitê Gestor, avançar no programa Córrego Limpo, o que nós estamos fazendo, reuniões quinzenais e, se possível, entregas mensais. Eu vou propor isso, que se faça pelo menos uma entrega mensal de córrego, para que a gente possa dar uma grande satisfação à sociedade. E implantar um sistema de gestão das informações do contrato. Isso já está feito, está certo? Quer dizer, isso está vai ser apresentado também na segunda-feira no Comitê Gestor. Integrar obras e serviços de saneamento, drenagem urbana e habitação, se intervindo por bacias hidrográficas. Essa é uma grande meta, e necessária. E capacitar a Prefeitura para a gestão qualificada das políticas de saneamento, recursos hídricos e meio ambiente no Município e na região metropolitana. E, finalmente, nessa evolução, acho que nós acabaremos por instituir uma entidade municipal para a gestão hídrica integrada, quer dizer, isso é o que falta no Município. Eu acho que isso é uma coisa que precisa, eu diria, aqui na administração é um consenso já há muitas gestões. Essa é uma ideia, digamos, e que vem numa linha crescente de aprofundamento e de melhora para a Administração. Muito obrigado.

Gilberto Natalini (Presidente) - Vou pedir para o Palermo sentar aqui com a gente. E, por uma questão de regimento, antes de abrir a palavra para vocês para esclarecimentos e perguntas. Então, vamos dar um intervalo aqui entre as perguntas para que a gente possa cumprir alguns pontos da pauta que estão aqui e que são importantes, como posse de Conselheiros e algumas outras questões. Por favor, Ivan.

Ivan Cáceres (Coordenador) - Bom dia a todos, passamos ao primeiro ponto do expediente, que é a posse da senhora Janaína Reis e do Senhor Thiago Brianti, como Conselheiros titular e suplente, respectivamente, representantes da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS). Posse também do senhor José Edilson Marques Dias como Conselheiro titular, representante do Ministério do Meio Ambiente. As posses estão acolhidas, os



Conselheiros considerem-se empossados e sejam bem-vindos. Bom, eu só queria dar um informe rapidamente que neste sábado, 24 de junho, nós estaremos realizando o encontro regional das Conselheiras e dos Conselheiros de Meio Ambiente, de parques da região Macro Sul pelos ODS. Vai ser dia 24 de junho, das 9:00 às 15:00 lá na UNINOVE de Santo Amaro. O apoio e a parceria da UNINOVE, que fica na Rua Amador Bueno, 389/429, em Santo Amaro. Aqueles que puderem comparecer, fica feito o convite. E outro informe relevante é o seguinte: no dia 5 de junho o Prefeito assinou o Decreto 57.718, criando a Comissão Municipal para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Então São Paulo, hoje, tem uma comissão dos ODS constituída por decreto, com a seguinte configuração: 25 membros do poder público e 25 da sociedade civil, a serem escolhidos mediante chamamento público, correto? São Paulo está dentro dos ODSs. Devolvo agora a palavra ao Senhor Presidente para que conduza essa questão das perguntas, da apresentação feita pelo engenheiro Marco Antônio Palermo. Obrigado.

Gilberto Natalini (Presidente) - Ok, alguém quer se manifestar, fazer alguma pergunta, algum esclarecimento? A Senhora? Quem mais? Anota, por favor. Então a Senhora pode perguntar em primeiro lugar e depois a Cristina.

Cons. Maria Cecília Pellegrini Góes (Morro do Querosene) Bom dia a todos. Minha pergunta, engenheiro, eu fiquei curiosa de saber para onde é levado o esgoto que o senhor falou, que é coletado ali no Uberaba, ali nos outros, investimentos que foram feitos, o senhor falou que é uma grande quantidade de esgoto coletada, né? E aí? Para onde vai? O que é feito? Ah! Desculpe (identifica-se)

Marco Antonio Palermo (Secretário Executivo Convênio Prefeitura – SABESP) - Dona Cecília, os esgotos são remetidos dos coletores para os interceptores, que são coletores maiores da SABESP e, dos interceptores, para uma das cinco grandes estações de tratamento que têm na cidade e na região metropolitana. Todos os esgotos coletados dentro do programa eles são encaminhados para estações de tratamento e a saída da estação de tratamento é, obrigatoriamente, água no padrão igual ao do Córrego Limpo. Ela não pode ser lançada fora dos padrões exatamente igual, digamos, como nós entregamos.

Cons. Maria Cecília Pellegrini Góes (Morro do Querosene) - Posso fazer mais uma pergunta? Hoje em dia a gente tem visto o tratamento de esgoto de forma descentralizada, porque é muito caro, né, fazer todos esses grandes coletores que levam para centrais de tratamento. São cinco centrais em São Paulo, então o senhor imagina quantos quilômetros esse esgoto caminha até chegar nessas



centrais. A SABESP já realiza pesquisas e ela já faz investimentos no sentido de a gente tratar o nosso esgoto já nos próprios lugares onde são coletados?

Marco Antonio Palermo (Secretário Executivo Convênio Prefeitura - SABESP) - A SABESP ela já faz isso em alguns locais onde é possível. Ela já tem essa prática também. Entretanto, a maior parte ainda é feita dessa forma, em função do plano de esgotos, o plano diretor de esgotos da cidade, da SABESP, ter sido concebido dessa maneira, mas ela também já adota, já tem unidade (vozes sobrepostas)

Cons. Maria Cecília Pellegrini Góes (Morro do Querosene) - Você sabe se há algum lugar onde já é feito?

Marco Antonio Palermo (Secretário Executivo Convênio Prefeitura - SABESP) - Não, eu não sei exatamente onde são, mas eu sei que já existem (vozes sobrepostas) Isso já foi apresentado por eles também, mas é minoritário ainda, é menor. A grande massa de esgotos ainda é tratada, ela é conduzida para as grandes estações porque elas foram concebidas assim, mas há casos em que já se faz o tratamento individualizado por microrregiões ou por pequenas bacias de esgotamento, como eles chamam.

Cons. Maria Cecília Pellegrini Góes (Morro do Querosene) - Obrigada.

Gilberto Natalini (Presidente) – Cristina Antunes. Quem pediu primeiro?

Cons. Cristina Antunes (SAJAPE - Sul 2) - Bom dia, Cristina Antunes, SAJAPE, Sul 2. Eu preciso em primeiro lugar enaltecer o trabalho da SABESP, nós temos lá na nossa região, nós temos realmente vários córregos que foram despoluídos. A engenheira Lara é uma parceira para qualquer momento. Toda vez que a gente tem uma percepção de que tem um problema nos córregos, a Lara corre com o laboratório móvel. A gente acompanha essas medições e é fascinante realmente ver a possibilidade, a capacidade que existe para fazer esse trabalho. O ponto que nos incomoda ainda é o que caberia a algum outro órgão, que não à SABESP, com relação à desocupação das áreas não edificáveis que estão invadindo, impedindo a criação dos parques lineares. Quando a gente fala em desocupação de favelas, quando a gente fala nesse assunto, a gente pensa em favelas, só que a gente sabe que em bairros de classe média/classe média alta e classe alta as áreas não edificáveis não são respeitadas. E por esse motivo, a própria SABESP tem despesas, tem custos adicionais que não deveriam ter. Eu vou citar dois córregos, que estão na planilha aqui que o Palermo indicou, que são o Córrego Canumã e o Córrego Alcatrazes, um no Parque do Cordeiro e outro cortando o bairro Jardim Petrópolis, em Santo Amaro. A gente tem nos dois casos,



nós temos grandes mansões ocupando áreas não edificáveis. No Córrego Canumã, especificamente, a SABESP, por muitos anos, não pôde fazer a rede de captação de esgoto por conta da impossibilidade de entrar com máquinas ao longo do Córrego Canumã e mais recentemente a solução foi fazer uma elevatória para desviar - e a própria SABESP jogava esgoto no Córrego Canumã há pouco tempo. A solução foi fazer uma elevatória, que obviamente tem um custo não previsto nesse sistema todo, porque não há um órgão com, que com clareza, seja o responsável por notificar, autuar e desocupar essas áreas. Nós já ouvimos falar que a SABESP não tem poder de polícia, não poderia fazer isso, teria que notificar as Prefeituras. E a Prefeitura, surpreendentemente, é condescendente com esses usos. Muitas vezes, "não, mas o cara já construiu, deixa, tal, deixa o córrego, a gente faz de outro jeito". Não faz. Houve um custo adicional. E como esses dois casos há outros na nossa região. Então eu queria saber, Natalini, qual é a postura, a atitude da Prefeitura hoje, a política da Prefeitura com relação a esses casos que nós entendemos que são complicados, mas são socialmente injustos, né? Quando a gente pensa "não, a Prefeitura vai lá e desocupa favela que está na margem, por questões ambientais, por questões sanitárias, mas permite que essas mansões despejem o próprio esgoto dentro do córrego e pior, ocupando a área não edificável que deveria ser liberada para fazer parques lineares e talvez rotas de fauna, que é o que a gente desejaria. A outra questão é com relação a qual seria a política para córregos canalizados que existem lá na nossa região e que eu não sei aí qual seria a classificação, mas nós temos o Córrego Judas, que é um problema de drenagem - eu vi que foi mencionado aqui problema de drenagem como uma das atribuições - e que demanda intervenção. A gente tem um bairro, o Alto da Boa Vista, que é cortado pelo Córrego Judas, depois continua no Maria Joaquina, e a gente está sempre discutindo com a SIURB, agora mudou de nome a Secretaria, para saber qual é a intervenção que vai ser feita lá para evitar enchentes e, obviamente, canalizações, ligações clandestinas que estão poluindo esses dois córregos.

Gilberto Natalini (Presidente) - A primeira questão que você colocou, eu queria lembrar, aqui, que a operação Defesa das Águas desfez 7.200 ocupações irregulares em áreas de manancial, em margens de córrego. Não foram só barracos. O restaurante Eucalipto caiu, o motel Leão de Prata caiu, várias mansões no entorno da represa caíram e caíram casas de pobres e casas de ricos que tinham ocupado áreas que não podiam ocupar. Agora, o número de ocupações que existe é imenso. No decorrer das décadas, foram ocupando tudo. A operação Defesa das Águas, assim como a operação Córrego Limpo,



elas foram unilateralmente deixadas pela Prefeitura na gestão passada. Nós estamos retomando. Retomando significa começar num passo, outro passo, outro passo. Não dá para a gente começar pela parte mais complexa, porque aí nós não vamos para lugar nenhum. Então está retomando a retirada do esgoto, vai retomar a revitalização onde for mais fácil fazer e depois vai caminhar para desocupar margens. E aí, na desocupação de margens, eu espero e trabalho para isso, deverão ser notificados e retirados barracos, como no Zavuvus. Aliás, no Zavuvus foram retirados 700 barracos e estão todos novamente em cima do córrego nos últimos quatro anos. Vai ter que fazer todo um trabalho novo. Serão retirados barracos e, obviamente, com o andamento do programa, aqueles que ocuparem as margens do córrego de forma irregular terão que ser notificados e terão que devolver as margens dos córregos. Aí não tem outro jeito. Na hora em que o programa encorpar - e eu espero que isso não seja até 2020; que o próximo Governo que venha depois dê continuidade ao programa, para que ele seja cumprido de cabo a rabo. Senão interrompe, volta tudo para trás, volta a ter o esgoto lançado nos córregos. Isso é uma batalha enorme. Além de o investimento financeiro ser grande, a estratégia de trabalho envolve muitos órgãos da Prefeitura. Nós retomamos com bastante força. Agora, recomeçamos e por isso trouxemos aqui no CADES, para que o trabalho seja acompanhado e tenha começo, meio e fim. Mas é uma questão, todo mundo entende, uma questão de reorganização das nossas equipes, que tinham sido desmobilizadas nos últimos anos. A segunda pergunta, eu acho melhor, se você concordar, que nós façamos uma reunião específica, sobre os dois córregos que você comentou, com a SIURB, a SVMA, vocês, para tratar particularmente daquele do assunto. Célia.

Cons. Célia Marcondes (ECÓLEO) - Bom dia, sou Célia Marcondes, da ECÓLEO e da SAMORCC, Sociedade de Amigos de Cerqueira César. O senhor mencionou a renaturalização do Córrego do Saracura. Tendo em vista que ele fica numa das áreas mais adensadas da cidade, isso já vem sendo estudado? Como nós podemos acompanhar, já que nós somos da associação de moradores da região. Isso é aberto ao público? Como é que a gente pode ter acesso?

Marco Antonio Palermo (Secretário Executivo Convênio Prefeitura - SABESP) - Acredito que sim. Esta não é. Os estudos ainda estão muito no início e à medida que eles forem sendo consolidados, é natural que sejam trazidos para os Conselhos, todos os Conselhos Gestores que participam da cidade, sejam os conselhos municipais, os conselhos estaduais, os colegiados de bacia, tudo isso costuma ser praxe que vá adiante, mas a partir do momento em que existir uma



proposta mais consolidada, mais articulada, inclusive do ponto de vista orçamentário e dos demais aspectos.

Gilberto Natalini (Presidente) - Eu só queria complementar, Célia, o fato e nós trazemos a apresentação do Córrego Limpo para essa reunião, já é um sinal, uma demonstração, de que nós vamos abrir um trabalho para a sociedade. Aliás, eu acho que esse trabalho todo, se não houver educação ambiental das pessoas que moram no entorno dos córregos para, por exemplo, evitar lixo. A gente vai plantar na beira dos córregos muitas árvores e refazer mata ciliar. Não dá para fazer parque linear em todos os córregos, não é possível, não há condições, mas onde não puder fazer parque linear vai se feito replantio, revitalização. Esse é o nosso plano. Se a comunidade não estiver junto para se apropriar do córrego, não adianta nada, porque você faz e daqui a pouco vem o entulho, vem o lixo, vem a destruição do plantio. Então, interessa ao Governo, em minha opinião, eu acho que é também a opinião do Marco Antônio Palermo, interessa ao governo que isso seja o mais transparente possível e que haja participação. Essa é a primeira reunião. Conforme o programa for andando, nós podemos voltar a conversar, e, como eu já falei para Cristina, podemos discutir os pontos locais, pontuais, córrego a córrego. A gente pretende fazer isso. Se quiser marcar uma reunião da sua comunidade para a gente discutir o Saracura. O Saracura é o que passa embaixo do Parque Augusta? É ele. Então vai ter tudo a ver. O Saracura e Parque Augusta andam juntos, com a benção da Célia Marcondes e de outros que estão por aí. Quem mais gostaria de se manifestar? Sueli.

Cons. Sueli Rodrigues (CEMAIS São Mateus) - Bom dia, Sueli, represento a Macro Leste 1 (Cidade Tiradentes, São Mateus, Itaquera) - Na sua apresentação eu não identifiquei nenhum córrego da nossa região, dessas três Prefeituras Regionais. A pergunta é: quais são os critérios para se colocar os córregos? São Mateus já foi beneficiado com o Córrego Limpo. A gente conseguiu. Pelo menos um expressivo córrego daqui da região foi limpo, inclusive colocando peixes lá. Qual é o critério? Por que as três Prefeituras Regionais, nós não temos nenhum córrego dentro desse programa nesse momento?

Marco Antonio Palermo (Secretário Executivo Convênio Prefeitura - SABESP) - Eu acredito que se a senhora observar com mais detalhe - é que eu passei muito rápido na apresentação - tem uma grande planilha que está à disposição, quem quiser pode copiar, estão lá todos os córregos da Zona Leste, da Negócios-Leste e das Prefeituras Regionais que atuam na Zona Leste que estão dentro do programa. Lá tem toda a relação deles. São vários que estão lá, inclusive eu mencionei que uma boa parte das intervenções de recuperação daqueles que



haviam sido já despoluídos está situada na Zona Sul e na Zona Leste. Então lá tem a relação de todos eles, a maioria está na Zona Leste e na Zona Sul.

Cons. Sueli Rodrigues (CEMAIS São Mateus) - Está na Zona Leste, mas não na região das três Prefeituras Regionais, está do outro lado da Leste. Na verdade, é assim: eu quero esse material, eu gostaria de ter esse material para entender esse processo, entender por que São Mateus não está contemplado dentro da sua apresentação.

Marco Antonio Palermo (Secretário Convênio Executivo Prefeitura - SABESP) – Está certo.

Ivan Cáceres (Coordenador) - Mais alguém? Pois não? Alessandro Azzoni.

Cons. Alessandro Azzoni (Associação Comercial) - Queria só fazer uma pergunta em particular que foi um caso que eu acompanhei, que foi o Córrego do Ipiranga, que teve um processo em 2007 que seria feito todo o sistema de coleta e tratamento do Córrego do Ipiranga e o processo foi todo feito, só que passaram-se anos, a expansão urbana foi tão grande, o nível de empreendimentos que construiu no Ipiranga foram tão grandes que praticamente inutilizou o projeto. Eu queria saber se essa questão da expansão urbana, em questão de empreendimentos que vão ser colocados no bairro já tá sendo contemplada nesse projeto da SABESP, porque eu lembro muitos dos colegas dos Senhores falaram para nós que a velocidade da aprovação dos projetos não corre junto com a velocidade da aprovação de projetos na cidade; então, quer dizer, queria saber se vai ser contemplada essa questão da expansão e o adensamento urbano.

Marco Antonio Palermo (Secretário Executivo Convênio Prefeitura - SABESP) - Isso já está contemplado, mesmo porque as intervenções, as novas incorporações, elas requerem licenciamentos que se replicam necessariamente na conexão de esgoto e de água, então eles não poderiam ser implantados sem esses requisitos. Então, necessariamente, já está contemplado.

Ivan Cáceres (Coordenador) - Quem perguntou foi o Azzoni, da Associação Comercial. A senhora é? Tem mais (vozes ao fundo). Ele está com problema da outra reunião. Vamos fazer o seguinte. Vamos fazer mais a sua pergunta e aí ele vai subir, a gente toca a reunião e se houver alguma coisa relevante, a gente encaminha. Deixa-a falar. A Senhora já perguntou, senão não fica democrático.

Cons. Cristina Kirsner (Fiscais da Natureza – Sul 1) - Eu vi que o parque Jacques Cousteau está contemplado. Eu só queria saber se dentro deste ano ele ainda vai sofrer alguma intervenção a partir desse programa do Córrego Limpo, porque



ele é um parque que tem um lago, ele não é exatamente um córrego, ele recebe um córrego, ele recebe galeria de águas pluviais, mas ele tem uma configuração que necessita de uma intervenção imediata, praticamente. Gostaria de saber se isso acontece este ano.

Gilberto Natalini (Presidente) - Está incluído no Córrego Limpo e nós mandamos ao FEMA o projeto básico para fazer a galeria pluvial, para a coleta de água de chuva que invade o parque. E o FEMA aprovou, nós estamos aguardando a liberação do recurso, que é esperado há muito tempo pela comunidade. Fazendo projeto básico, obviamente, o projeto executivo é mais caro e aí nós vamos verificar se o projeto executivo pode ser executado, ou com dinheiro do FMSAI, ou com o dinheiro que a Secretaria de Verde tem lá R\$ 33 milhões, que foram colocados de forma errônea no FMSAI. Foram colocados para custeio de parques, o FMSAI não permite isso. Então, nós travamos uma luta hercúlea com o setor financeiro para que a rubrica seja transformada de custeio de parque para investimento e parece que nós estamos ganhando a queda de braço. Foi uma queda de braço saudável, não foi uma queda de braço de maldade da outra parte. Então o projeto básico, depois de décadas de pedido já está sendo liberado - espero que seja rapidamente - pelo FEMA, não é isso, Ivan? Pelo FEMA. Agora o projeto executivo, que é o outro, que é o caro, deve ser uns 3 ou 4 milhões para fazer as galerias, nós vamos apresentar em seguida ao FMSAI, ou mesmo ao dinheiro do FMSAI, que também é da SABESP. A SABESP tem em São Paulo em torno de R\$ 700 milhões do Fundo de Saneamento, do Fundo de Saneamento, não. Do faturamento. De 13% do faturamento da SABESP, R\$ 700 milhões, para obras em geral, obras de saneamento e tem mais o FMSAI, que é o Fundo Municipal de Saneamento e Infraestrutura, este ano talvez chegue a R\$ 400 milhões. Então, desses R\$ 400 milhões, cento e poucos milhões são da habitação, cento e poucos milhões são da Secretaria de Serviços e Obras, cento e poucos milhões, a Secretaria de Prefeituras Regionais é em torno de R\$ 20 milhões e a Secretaria de Verde e Meio Ambiente, em torno de R\$30/33 milhões, foi o que nos coube este ano. Já houve duas ou três reuniões. Nós apresentamos quantos projetos? Oito projetos todos em torno de parques e obras e infraestrutura que são necessárias, existe um parque no Itaim Paulista, o Chico Mendes, que quando chove os peixes vão parar no asfalto. Quando chove muito, a enxurrada leva os peixes, tartarugas, vai tudo para o asfalto, não é isso, Robson? Isso já se repete há bastante tempo. Não sei se eu te respondi. O Senhor queria falar? Pode falar, por favor. Só fala o nome e a entidade. A Senhora falou o nome e a entidade?



Cons. José Edilson Dias (IBAMA) - Agora sim. Meu nome é José Edilson, sou Superintendente do IBAMA no Estado de São Paulo, representando o Ministério do Meio Ambiente. O doutor Palermo acabou saindo, eu precisava perguntar para ele.

Gilberto Natalini (Presidente) - Ele vai voltar, se você puder esperar. É que ele está com duas reuniões ao mesmo tempo.

José Edilson Dias (IBAMA) - A gente espera, não tem problema nenhum. Eu queria falar para os Senhores o seguinte: que o IBAMA está à disposição para denúncias também. Se tiver alguns casos que queiram fazer denúncias, pode fazer em nome do Superintendente, que a gente manda ou para a Secretaria do Verde ou para a CETESB. Primeiro a gente avalia se tem o licenciamento local. Se não tiver, o IBAMA vai lá e autua. Fica à disposição o IBAMA para a gente fazer a fiscalização também. Então vou aguardar o doutor Palermo voltar.

Gilberto Natalini (Presidente) - Caso ele tenha problema, você faz a pergunta, manda para mim por escrito, eu mando para ele e ele faz a resposta por escrito ao IBAMA, sem nenhum problema.

Cons. José Edilson Dias (IBAMA) - Independente de ele não estar aqui, eu achava que esse projeto tinha que seguir um cronograma atendendo à região de mananciais primeiramente, já que é de lá que vem a água. Independente do resultado que possa trazer em área mais urbana, mas o esgoto lançado em área de mananciais é da onde a gente vai tirar água para beber. Assim, Córrego Limpo, em área de mananciais fica melhor. Acho que é uma coisa que talvez...(vozes sobrepostas)

Gilberto Natalini (Presidente) - Mas nós vamos disponibilizar esse material para todos vocês, para vocês lerem com mais calma. A maioria dos córregos são na Zona Sul ou na Zona Leste, na Zona Sul, por exemplo, aquele da M'Boi Mirim, ele vai diretamente na Represa de Guarapiranga e ele é lindeiro àquela ocupação irregular que foi feita lá na Nova Palestina. Ele praticamente retirou todo o esgoto, é um córrego grande que passa ali. O Córrego São José, que também desemboca na Represa de Guarapiranga. Esse Córrego do Lagunho, lá do Parque do Lagunho, também é área de manancial; então, na Zona Sul uma grande parte dos córregos estão previstos nas áreas de mananciais.

Cons. José Edilson Dias (IBAMA) - Ótimo, ótimo. A não ser esse que o Senhor e o Prefeito inauguraram, que está junto do Rio Pinheiros e que vai sujar de novo.

Gilberto Natalini (Presidente) - Esse não. Esse é um córrego que tem mais de 10 quilômetros e é retirando esgoto diretamente de dentro do Rio Pinheiros. Esse



programa - a gente acredita que quando ele tiver, daqui há alguns anos ele vai... Porque não adianta, se não tirar esgoto de dentro dos córregos - todos os córregos praticamente vão para o Rio Pinheiros ou para o Rio Tietê - todos praticamente, tirando aqueles que vão para a represa. E você tem que tirar o esgoto também, porque ajuda a reduzir a poluição do Rio Pinheiros.

Cons. José Edilson Dias (IBAMA) - Isso não é obrigação de fazer da SABESP? Porque ela foi contratada para isso.

Gilberto Natalini (Presidente) - Ela está fazendo.

Cons. José Edilson Dias (IBAMA) - Está demorando.

Gilberto Natalini (Presidente) - O Senhor está dizendo o quê, tirar o quê.

Cons. José Edilson Dias (IBAMA) - O esgoto. Não é lançar o esgoto nos córregos, isso é uma coisa que a gente tem que...(vozes sobrepostas)

Gilberto Natalini (Presidente) - O projeto são R\$ 500 milhões. Está demorando, mas está começando. Tinha acabado, tinha parado, porque para intervenção nos córregos, a SABESP precisa da Prefeitura.

Cons. José Edilson Dias (IBAMA) - Não, a obrigação de eles fazerem isso, independente de gestão aqui em São Paulo. Eles têm que fazer em todos os Municípios com que eles têm convênio. Agora, se não estão fazendo...

Gilberto Natalini (Presidente) - É, mas se a Prefeitura estiver junto, facilita muito a ação da SABESP.

Cons. José Edilson Dias (IBAMA) - É que quem paga a conta é consumidor de água.

Gilberto Natalini (Presidente) - Quem paga a conta é quem compra a água.

Cons. José Edilson Dias (IBAMA) - Ele já está pagando o esgoto, então assim: se a SABESP não mostrar um cronograma claro, objetivo, civilizado, de execução, fica difícil para o cidadão que está pagando. É ruim de a gente pagar uma coisa que a gente não sabe da onde que vem, para onde que vai. Isso seria importante, a SABESP deixar claro, independente de Córrego Limpo, que é muito bacana, o esgoto tem que ser tratado e tem que ser mostrado um cronograma.

Gilberto Natalini (Presidente) - Talvez posteriormente, num outro dia, numa outra ocasião, a gente possa trazer a SABESP para fazer uma demonstração extra Córrego Limpo. Hoje a reunião, a pauta, é a respeito do programa que foi retomado, o Córrego Limpo, que eu julgo um dos programas mais importantes da



Administração Municipal em parceria com a SABESP. Eu julgo. Pode ser que eu esteja enganado, porque ele limpa os córregos.

Cons. José Edilson Dias (IBAMA) - Ele é ótimo.

Gilberto Natalini (Presidente) - e revitaliza, porque a Prefeitura entra revitalizando. Além de limpar. Eu vi, eu conheço. Se vocês visitarem o Córrego do Sapé, por exemplo, que era um esgoto puro lá na Zona Oeste, se vocês visitarem o parque linear do Córrego do Sapé, tem até administrador. O parque é nosso, é da Prefeitura. Se visitarem o parque vocês vão ver a qualidade que existe. A Zona Leste tem pelo menos uns quatro córregos em que foram feitos a limpeza, foram feitos os parques lineares, que são exemplos de como uma cidade pode recuperar seus cursos d'água. Então, eu considero o projeto Córrego Limpo, independente do que possa ser criticada a SABESP ou cobrar, porque isso faz parte do jogo democrático e eu acho que ela tem que responder mesmo, mas esse programa é um programa que se for executado, se não tivesse sido interrompido quatro anos, tivesse dado continuidade, nós estaríamos numa situação muito mais confortável, mas nunca é tarde para começar. Está começando. Nós trouxemos aqui para mostrar aos Senhores. A discussão não vai interromper aqui. Nós vamos continuar acompanhando. Eu sou, desculpa, eu sou um dos principais interessados para esse programa dar certo. Eu acho que cada um que está aqui também tem interesse.

Cons. José Edilson Dias (IBAMA) – Correto. Parabéns.

Gilberto Natalini (Presidente) - Mais alguém? Cristina? A senhora tinha pedido também. Eu vou pedir para vocês falarem. O Walter quer falar alguma coisa? O CREA quer falar alguma coisa ou já está satisfeito? O Walter quer falar com alguma coisa? Alguém quer falar alguma coisa a mais? Está tudo bem? Então vamos dar a palavra às duas Conselheiras e vamos partir para frente.

Cons. Maria Cecília Pellegrini Góis (Morro do Querosene) - Natalini, a minha questão é quando você falou de manter as margens, eu fiquei pensando que a questão não é só do esgoto, né? A gente sabe que é jogado lixo também. Então eu queria perguntar a você. Eu acho que sim vai ser a resposta, mas de qualquer maneira eu fiquei querendo fazer essa colocação. A Prefeitura tem colocado Ecopontos para recolher entulhos e outros lixos? Isso está no programa dos parques lineares?

Gilberto Natalini (Presidente) - A Prefeitura tem retomado o combate ao descarte irregular de entulho, tem retomado. Nós mesmos da Secretaria do Verde, através dos DGDs, nós temos participado de várias blitz contra os caçambeiros e contra



aqueles que despejam lixo. As multas são de R\$ 10 mil quando você flagra e apreensão do caminhão. Isso tem sido feito em São Miguel Paulista e em várias regiões, tanto é que os pontos viciados de entulho, de janeiro até agora, diminuíram em torno de 30%. Esse é o dado que a Secretaria de Prefeituras Regionais tem. Agora é claro que isso é uma luta, é uma guerra infinda.

Cons. Maria Cecília Pellegrini Góes (Morro do Querosene) - Mas com licença, Natalini.

Gilberto Natalini (Presidente) – Porque no caso particular do Córrego Limpo não adianta só tirar o esgoto e plantar as árvores. Eu disse no começo da reunião. Aí é um trabalho de vigilância das Prefeituras Regionais e um trabalho de educação ambiental.

Cons. Maria Cecília Pellegrini Góes (Morro do Querosene) - Mas Natalini, então não me sinto contemplada, porque não é uma questão. A vigilância, se a gente colocar vários Ecopontos, vários lugares para que as pessoas possam destinar os resíduos, né? Se a Prefeitura não cuidar desse resíduo sólido, ela não pode simplesmente. A resposta que o senhor me deu é de que os caminhões estão sendo multados e tal, mas a pergunta que eu fiz: está no programa da Prefeitura criar.

Gilberto Natalini (Presidente) - Está.

Cons. Maria Cecília Pellegrini Góes (Morro do Querosene) – É que, a gente tem visto...

Gilberto Natalini (Presidente) - A meta do Prefeito João Doria, a meta de Governo é dobrar o número de Ecopontos até 2020. Essa é a meta de Governo que está escrita e vai ser levada para a Câmara para ser aprovada ou modificada. A meta é duplicar o número de Ecopontos que tem hoje. Então isso está nos planos do Governo. Agora, eu preciso dizer para a Senhora, e para todos aqui, que as estatísticas mostram que quem despeja entulho é uma indústria de caçambeiro, muito mais do que as pessoas, individualmente. Eles cobram da pessoa 1/3 do custo de uma caçamba oficial, ou até menos, numa obra de uma casa, por exemplo, levam aquilo e na calada da madrugada eles despejam na primeira esquina, na primeira beira de córrego, no primeiro terreno. Esse é o grosso do entulho que a gente vê jogado na cidade. É claro que tem também temo despejo individualmente, um a um. A resposta que eu te dou é essa. A meta que foi estipulada na gestão do atual Prefeito João Doria é duplicar o número de Ecopontos existentes hoje.



Cons. Maria Cecília Pellegrini Góis (Morro do Querosene) - E também está funcionando aqueles cata-bagulhos, que eram aqueles caminhões que passavam para recolher colchões, sofá...

Gilberto Natalini (Presidente) - Eu tenho recebido informação dos Prefeitos Regionais que sim, mas eu não tenho essa resposta com números, estatística para te dar agora. Quanto às operações cata-bagulho, como é que está sendo feita. A informação que eu tenho, já que isso pertence à Prefeitura Regional, é que tem ocorrido operações cata-bagulho em várias Prefeituras Regionais. Agora, a frequência, a quantidade, o que está sendo feito eu não consigo te responder. Eu posso verificar e te dar uma resposta posteriormente para satisfazer a sua pergunta. Cristina.

Cons. Cristina Antunes (SAJAPE - Sul 2) - Eu vou aproveitar a pergunta da Cecília, para dar uma informação. Primeiro é que os Ecopontos só recebem material de moradores, são pequenos volumes e não podem receber de empresas.

Gilberto Natalini (Presidente) - De caçambeiro, claro.

Cons. Cristina Antunes (SAJAPE - Sul 2) - Nem de caçambeiro. Isso é outro departamento. Os caçambeiros, as empresas têm que alugar caçamba. Mas quero dar uma notícia que para nós é muito grata. Nós acabamos de lançar lá em Santo Amaro um aplicativo que foi feito com a colaboração da SAJAPE, pelo Conselho Participativo, e é um aplicativo que indica para 20 categorias de resíduos sólidos, um lugar adequado para a destinação, porque não pode levar tudo para o Ecoponto. O Ecoponto só recebe 4 tipos de resíduos. Então, esse aplicativo indica empresas, depósitos, entidades que recebem como doação, que retirem inclusive volumosos. A pessoa clica lá, aparece horário, aparece endereço, aparece como é que funciona, contatos, telefones. Não, nós fizemos para Santo Amaro. A gente queria fazer para São Paulo todo, viu Natalini, vamos para o FEMA. (risos)

Gilberto Natalini (Presidente) - Mas não vamos cobrar o aplicativo. Vai ser gratuito? Vai ser doado?

Cons. Cristina Antunes (SAJAPE - Sul 2) - Não, o aplicativo é gratuito; existe nas lojas, para IOS, para Android, vai nas lojas é só baixar. Então, essa é uma questão que foi um projeto muito rico, muito interessante, que já está no ar lá para Santo Amaro, para os 3 distritos de Santo Amaro. E onde não tem, para as categorias que não existem em Santo Amaro, a gente indica onde existe fora de Santo Amaro. Essa é uma informação. A outra coisa que eu queria colocar e que é um paradoxo que existe na cidade, Natalini, voltando a essa questão das áreas não



edificáveis, nós temos um conflito. Talvez o nosso Conselheiro aqui do IBAMA possa nos ajudar nisso. Nós temos um conflito com o Código Florestal. A aplicação do Código Florestal em área urbana. Nós temos um pedido lá na Câmara para discutir essa questão porque na cidade, aplicar o Código Florestal a áreas urbanas adensadas inviabiliza uma série de empreendimentos. Porque o lote urbano é para ser edificado, mas, se o lote está a menos de 30 m de um córrego, ele fica inviável. Nós temos jurisprudência, existem casos em outros Estados, em cidades, por exemplo, no Paraná, tem várias que adequaram a legislação urbana a essa questão do Código Florestal. Então, aqui na Secretaria, se a gente manda um projeto para fazer uma casa em um lote de 300m, que está na beira de um córrego, a Secretaria nem olha o projeto. Ela teria de dar primeiro a aprovação, mas ela nem olha o projeto. Nós temos vários casos, na minha área de atuação, vários casos em que você fica com o projeto pendurado, porque a Prefeitura não pode aprovar porque a Secretaria sequer analisa. Não, o Código Florestal exige 30m, comeu o terreno inteiro. Então, é uma incongruência entre legislações. O Código Florestal aplicado a grandes áreas é uma coisa. O Código Florestal aplicado a áreas urbanas adensadas, realmente inviabiliza o direito que um proprietário tem de edificar.

Gilberto Natalini (Presidente) – Ok. Tá entendido. Bem, eu vou passar para o Ivan, para o Ivan. Nós vamos dar os encaminhamentos finais da reunião, se não houver nenhuma. Cristina.

Cons. Cristina Antunes (SAJAPE - Sul 2) – Opa! Eu não dei o nome do aplicativo. Chama Descarte Bem.

Gilberto Natalini (Presidente) - Descarte Bem. Depois você passa para nós para a gente ajudar a divulgar, aplicar na cidade toda. Acho que é importante isso. Junto com o pessoal da AMLURB a gente pode ajudar a multiplicar.

Cons. Cristina Antunes (SAJAPE - Sul 2) - Esse aplicativo, a construção desse aplicativo passou por uma pesquisa que foi feita pelo grupo de trabalho de resíduos sólidos do Conselho Participativo. Então foi feito um levantamento minucioso, tanto é que só quem tem acesso para carregar, para abastecer o aplicativo são duas pessoas. Ele não é aberto, porque a gente tem que checar as informações antes de colocar no aplicativo. Então o que a gente pretende, Natalini.

Gilberto Natalini (Presidente) - Está funcionando?

Cons. Cristina Antunes (SAJAPE - S 2) - Está funcionando.

Gilberto Natalini (Presidente) - Mas está funcionando bem?



Cons. Cristina Antunes (SAJAPE - Sul 2) - Nós temos uma avaliação. Foi lançado agora no dia 3 de junho, então nós temos avaliação, nós temos o controle de consultas, quantas consultas foram feitas. Nós temos uma pesquisa que é feita concomitantemente para ver quantas pessoas já praticam, já botam em prática essa responsabilidade de descartar bem. O que a gente pretende é fazer essa mesma pesquisa, que é uma pesquisa extensa, uma pesquisa minuciosa, para todas as outras 31 Subprefeituras e lançar o mesmo aplicativo. A gente tem o software. Então a gente quer realmente solicitar recursos do FEMA para fazer para as outras 31 Subprefeituras e colocar disponível para a cidade.

Gilberto Natalini (Presidente) - Tem ideia de quanto custa?

Cons. Cristina Antunes (SAJAPE - Sul 2) - Eu vou te mandar. Nós estamos montando (vozes sobrepostas)...

Gilberto Natalini (Presidente) - Quando ela fala eu vou te mandar é que deve ser caro... vai gastar todos os recursos do FEMA, pode acreditar (risos...)

Cons. Cristina Antunes (SAJAPE - Sul 2) - Ora, Natalini, por que achas?. A gente vai trazer, a gente vai trazer.

Gilberto Natalini (Presidente) - Isso é interessante. Acho que vale a pena, inclusive, fazer uma apresentação aqui numa próxima reunião. A gente tira um espaço da pauta para vocês apresentarem.

Cons. Cristina Antunes (SAJAPE - Sul 2) - Legal, valeu.

Gilberto Natalini (Presidente) - Bom, Ivan.

Ivan Cáceres (Coordenador) - Esgotado o primeiro ponto da ordem do dia, retornamos à pauta. O terceiro ponto da pauta, o regimento exige isso, me obriga a solicitar se há alguma inclusão na pauta de hoje. Conselheiros, alguma inclusão? Não? Então vamos ao segundo ponto da ordem do dia, que seria a sugestão de pauta para próxima reunião. Alguma sugestão de pauta para a próxima reunião? Então fica sugerido... o Secretários Executivo anota a sugestão da Conselheira Cristina Antunes, que é a apresentação do aplicativo Descarte Bem. A Conselheira fará uma apresentação, uma explanação desse aplicativo Descarte Bem, é isso? Conselheiro Walter, por gentileza, com a palavra.

Cons. Walter Pires (SMC) - Bom dia. Walter Pires, Secretaria Municipal de Cultura. Na verdade, não é bem uma inclusão, mas seria talvez um informe, que seria o ponto anterior. Talvez eu tenha deixado escapar. Eu queria informar que no mês de agosto acontecerá a 3ª Jornada do Patrimônio, que é organizada pela Secretaria Municipal de Cultura através do Departamento de Patrimônio



Histórico. Estão abertas pela internet as (ininteligível) estão abertas. É possível acessar as informações do conteúdo da temática deste ano, que vai envolver sete eixos de vinculação do cidadão com a história da cidade: o trabalhar, o percorrer a cidade, enfim, o estudar. São sete pontos importantes, estão abertos, como nos anos anteriores, à possibilidade de inscrição ou de roteiros de visitação em certos espaços ou de palestras, enfim. No passado, a Secretaria do Verde já participou, através do DEPAVE. Houve várias atividades em parques que são de valor histórico da cidade. Mas não é necessário que seja um parque ou um ambiente que seja reconhecido como patrimônio oficialmente. Pode ser qualquer ambiente onde a memória e a história da cidade seja interessante. Então, eu convido as instituições e as pessoas que possam se inscrever ou participar contribuir com temas para a questão da memória da história E do ambiente da cidade. Nesse sentido, creio que até a questão que a gente estava discutindo aqui dos córregos, da recuperação, possa ser um tema incluído talvez nessa jornada. Ela vai acontecer nos dias 19 e 20 de agosto - um sábado e um domingo. Os espaços históricos ficarão abertos para visitação e para algumas ações, como palestras e roteiros. O SESC está colaborando, enfim, é uma jornada bem interessante. E no fim, já que o Secretário provocou um pouco, eu estava pensando numa questão, voltando um pouco à questão do córrego e pensando também como Secretaria Municipal de Cultura, na possibilidade de incluir talvez nessas ações que estão sendo feitas e na sua difusão, já que um dos fundamentos, além da questão técnica na recuperação do córrego, é educação ambiental, também, para preservar esses investimentos complexos que são feitos, que tem uma questão histórica também que envolve muitos, todos os córregos, evidentemente, mas alguns deles com mais ênfase. Os que foram citados hoje: o Córrego do Ipiranga, pela sua vinculação à história da cidade, até o próprio Engenheiro Palermo citou isso. O Saracura, fundamento de ocupação de uma área importante da cidade, como o Bexiga, a região da Consolação. Citou-se Perus. Perus tem o Córrego Perus Ajuá, que é vinculado fortemente à Fábrica de Cimento Perus, que tem toda uma mobilização de moradores na sua preservação, enfim, a questão do território cultural e histórico da cidade. Talvez em algum momento mais conveniente, na difusão dos resultados do programa Córrego Limpo, pudessem incluir também, em certas bacias, o papel desses córregos históricos que cortam áreas tombadas. Lembrar, por exemplo, como alguns projetos urbanísticos foram bem realizados na cidade. É raro, mas alguns foram preservando, por exemplo, certos aspectos das bacias; os bairros Jardins são exemplos muito bons disso. E não só os bairros dos Jardins, os bairros de elite, mas também estou lembrando de Vila Maria Alta, Vila Formosa. Foram bairros que foram projetados com respeito



até à topografia e à drenagem e isso são exemplos de história urbana da cidade que poderiam ser incorporados nesse processo. Aí a Secretaria de Cultura, pelo Departamento de Patrimônio Histórico ficaria à disposição também para ajudar um pouco nessa reflexão. Obrigado.

Gilberto Natalini (Presidente) - Eu acho muito pertinente o que você falou. É importante, a gente precisa conversar para ver como relaciona a questão histórica dos córregos com esse Comitê que existe do Córrego Limpo, que está reunido aqui. Segunda questão que eu queria falar para você é parabenizar o CONPRESP pelo tombamento da Santa Casa de São Paulo. Aconteceu agora há pouco dias. Um prédio importantíssimo na história da cidade. O tombamento do Parque do Povo, que houve também lá no CONPRESP. Já era tombado pelo CONDEPHAAT e o CONPRESP tombou também. E o tombamento de um hotel que eu fiquei por 90 dias em 72, que é o prédio do DOI-CODI em São Paulo, lá na Rua Tutoia. Nós pedimos também esse tombamento e outras pessoas pediram e acabou sendo tombado pelo CONDEPHAAT e o CONPRESP, também me parece, que fez o tombamento. Então eu quero parabenizar o CONPRESP por tomar essas três importantes situações da cidade de São Paulo.

Cons. Walter Pires (SMC) - No caso do DOI-CODI, eu era diretor de DPH e o arquiteto José Eduardo Lefèvre, Presidente do Conselho, quando chegou, houve a solicitação que o Secretário encaminhou à época e outras pessoas também reiteraram. O trabalho do reconhecimento de memória trágica do DOI-CODI foi elaborado com muita profundidade pela equipe do CONDEPHAAT, da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico na Secretaria Municipal de Cultura e o DPH/CONPRESP incorporou esse estudo muito bem feito, fazendo o tombamento que a gente chama de *ex officio*, de ofício, reiterando o tombamento feito pelo CONDEPHAAT. Então, nesse sentido foi muito relevante (vozes sobrepostas). No caso do Parque do Povo, dá uma discussão bem mais complexa, porque quando ele foi tombado e preservado pelo CONDEPHAAT nos anos 80 - eu trabalhava lá ainda - era no sentido de aquele Parque do Povo antigo, foi quase um estudo antropológico, antiga ocupação dos clubes de futebol. Depois a área acabou se transformando, houve problemas complexos de ocupação e ele foi revisto. Nesse projeto, hoje que é um projeto que caracteriza de outra maneira aquela área, mas enfim, ela tem o seu valor, também. Mas o tombamento do CONDEPHAAT ele foi abordado de uma maneira um pouco diferenciada em relação ao espaço que é hoje, mas enfim, são decisões todas que são importantes para a história da cidade.

Gilberto Natalini (Presidente) - Ok. Eu tenho uma sugestão para a próxima pauta, que é arborização da cidade. Nós estamos com um sonho enorme de



arborizar muito São Paulo. Plantamos 30 mil árvores de janeiro até abril, e os planos são bastante ambiciosos. Não sei se a gente consegue, mas estamos plantando bastante árvore. Tem muita promessa feita, tem muita árvore encomendada. Eu gostaria de expor aos Conselheiros do CADES na próxima reunião. Nós criamos o Comitê Municipal de Arborização em São Paulo. Vai se reunir pela primeira vez - uma portaria minha com o Bruno Covas -, vai se reunir pela primeira vez na semana que vem: com 8 representantes do governo e 8 da sociedade civil para planejar plantio, manejo e supressão, quando for o caso, para planejar, para modificar a legislação de arborização, dar uma flexibilização nos cuidados com as árvores, permitir que as pessoas da cidade, que tenham amor às árvores possam também - evidentemente com determinadas regras - atuar nas árvores, na massa arbórea do seu bairro, dos seus quintais, de uma forma controlada. Isso está sendo discutido com muito cuidado. Eu gostaria de apresentar aqui como pauta na próxima reunião para que o CADES tenha ciência. É um assunto muito importante de São Paulo e a gente precisa avançar.

Sueli

Cons. Sueli Rodrigues (CEMAIS São Mateus) - No dia 3 de junho nós realizamos o seminário (ininteligível) da Zona Leste. Mandamos convite para Secretaria e para outras Secretarias. Infelizmente não tivemos nem mesmo nenhum representante, nem dessa Secretaria nem de outra. Catador autônomo da Zona Leste. Na verdade, foi a assessoria de imprensa que mandou e eu também enquanto CEMAIS. A assessoria de imprensa da subprefeitura, porque não foi o CEMAIS que realizou, foi a Prefeitura Regional de São Mateus que realizou o seminário, que faz parte do grupo de trabalho que tem sobre resíduos na região de São Mateus e que contemplou o projeto Mais Catador e eu gostaria de apresentar aqui, tanto o projeto Mais Catador, quanto o resultado do seminário e os encaminhamentos. Nós estamos buscando construir uma política pública para o catador autônomo na cidade de São Paulo. São vários grupos que estão discutindo isso. Então eu gostaria que fosse incluído para fazer uma apresentação do projeto e do resultado desse seminário que a gente realizou lá. Uma outra questão, Secretário, que eu gostaria de deixar registrado é a minha frustração particular de não conseguirmos os recursos que estavam aprovados para o Cabeceiras do Aricanduva, do FMSAI. Ficou deliberado desde o ano passado que o Cabeceiras do Aricanduva receberia R\$ 4 milhões do FMSAI e na última reunião - a gente estava junto na reunião - eu saí bastante frustrada, porque, de novo, para a Zona Leste não foi nada. O FMSAI também não vai para a zona leste. Outra questão: eu gostaria de orientação por parte da Secretaria, dentro dessa questão de estudo de resíduos que nós estamos



realizando na Prefeitura Regional de São Mateus, e como encaminhar o aproveitamento melhor dos Ecopontos. Como melhorar a questão dos Ecopontos, os tipos de resíduos. A quantidade de Ecopontos já foi citada, mas, como o Ecoponto pode, de fato, contribuir na coleta de resíduos diversos, que é uma grande dificuldade. E, se já existe o Ecoponto, não consigo entender por que é que a gente não consegue encaminhar outros tipos de resíduos. Fica muito limitado. Era isso, obrigada.

Gilberto Natalini (Presidente) - Eu queria dizer o seguinte: nós não recebemos esse convite, Sueli. Eu juro pela minha alma. (vozes ao fundo). Eu não costumo mentir, mas eu juro pela minha alma. Como diz: "que ferva no mármore do inferno", como dizem os muçulmanos. Se tivesse recebido, teria ido alguém, porque nós estamos forçando a barra na questão do resíduo, forçando a barra. Por exemplo, nós temos uma composteira de feira em São Paulo, que é na Lapa. Por articulação nossa junto à Prefeitura Regional, fizemos uma reunião com o Prefeito, o Secretário Bruno Covas, a AMLURB e estamos dando encaminhamento no licenciamento das outras quatro composteiras de feira, que dessa vez São Mateus tem viu? Dessa vez tem uma. Então vai ter... São Mateus está, porque você reclama que nunca vai lá, então dessa vez vai. São quatro: Mooca, São Mateus, Penha e Ermelino Matarazzo - e Lapa, que já funciona. Então a gente tem todo interesse. Fizemos uma reunião com a Célia; aliás, duas reuniões, sobre óleo, coleta de óleo usado. Estamos tentando organizar, sexta-feira eu vou na GRINK, junto com a GRINK há uma grande feira que vai ter... de games, essas coisas. Nós vamos fazer uma parceria para eles instalarem coletor de lixo eletrônico em todos os parques nossos. Então a gente tem uma preocupação. Eu peço desculpa. Houve um desencontro. Nós não recebemos, senão teria ido um funcionário, um assessor, um técnico nosso acompanhar o encontro de vocês. E o Aricanduva, só para terminar a sua resposta, não está decidido. É a queda de braço que eu falei para você. Não está decidido que não vai ter o dinheiro. O dinheiro está lá, o dinheiro tem que ser destinado àquilo e nós estamos na batalha para liberar o dinheiro. Liberados os R\$ 4 milhões, nós já temos o projeto. Imediatamente a Secretaria do Verde vai cumprir o papel dela, que é iniciar a implantação do parque Cabeceiras do Aricanduva, mas eu acho que você não deve ficar assim desanimada total, só meio desanimada, porque a guerra não está acabada ainda, está certo. O dinheiro ainda não está negado.

Cons. Sueli Rodrigues (CEMAIS São Mateus)- Só um complemento, Secretário. Eu não estou desanimada, eu não sou mulher de desistir de luta. Eu só gostaria que realmente se tivesse um olhar mais atencioso para a Zona Leste também. E



lembrando que estou há 35 dias aguardando uma reunião com o Senhor para a apresentação do projeto Mapear, que também já foi dito aqui. E o convite para o seminário também foi dito aqui. Se resgatar a ata também vai ver que foi dito aqui.

Gilberto Natalini (Presidente) – Então, saindo daqui você me acompanha. Nós vamos fazer a reunião daqui a pouco. E para você não ficar mais 35 dias esperando. Quando terminar, você vai ao carro com a gente, e fazemos a reunião lá. Ok.

Ivan Cáceres (Coordenador) - Só para responder a Conselheira Sueli a respeito do parque Cabeceiras do Aricanduva. Aquela resolução aprovada no FMSAI, ela foi aprovada efetivamente pelo Conselho Gestor anterior. Só que não existiu a indicação de recursos para enfrentar a resolução aprovada, ou seja: aprovou-se uma resolução e não se indicou a fonte orçamentária. Então, ficou zero vírgula zero, Ok? O que está acontecendo: nós, a área técnica, está elaborando, reestudando o projeto; então ele vai para ser feito por fazeamento. Tem uma parte que a EcoUrbis, entra no processo, correto? Então o que a Secretaria do Verde e Meio Ambiente está fazendo, já está construindo, a Rosélia deve entregar, a área técnica deve entregar, DEPLAN e DEPAVE devem entregar até sexta-feira o projeto completo dessa primeira fase: o levantamento planialtimétrico e depois a planta expropriatória, porque terá que haver desapropriação. Estima-se que isso fique em torno de R\$ 4 milhões, R\$ 4,5 milhões. Esses recursos vão entrar no FMSAI, naquele recurso que nós apontamos daqui. Tem recursos da ordem de R\$ 30 milhões, que foram alocados no FMSAI e que a gente está lutando, o Secretário tem lutado diariamente para que isso se materialize para Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Em se materializando, esses recursos - que tudo indica que será feito isso -, todos esses projetos que estão no FMSAI serão encaminhados, incluindo o Cabeceiras do Aricanduva. Ele está na planilha do FMSAI. A senhora tem alguma sugestão de pauta, Sueli? A sugestão de pauta concreta, objetiva, é o projeto Mais Catador. Então eu vou submeter ao pleno o seguinte: sugestão para a próxima pauta da reunião do CADES. Primeiro ponto - arborização da cidade de São Paulo. Segundo Ponto - apresentação do aplicativo Descarte Bem pela Conselheira Cristina Antunes, e terceiro ponto - apresentação, pela Conselheira Sueli, do projeto Mais Catador. Os Conselheiros estão de acordo? Aprovado a inclusão na pauta da próxima reunião CADES. Eu preciso passar a palavra para Conselheira Cristina Antunes, mas eu gostaria de anunciar e depois passar a palavra para senhora Camila Melani, que é da Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Minas



Gerais, aqui presente. Então eu gostaria de passar a palavra para ela e, na sequência eu devolvo. Pode ser, Cristina? Por gentileza.

Camila Melani Neves Costa (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - MG) - Bom dia, Senhores, eu só queria me apresentar. Eu sou engenheira florestal, meu nome é Camila, sou engenheira florestal formada e mestre pela ESALQ, na Universidade de São Paulo, e atualmente eu trabalho na Secretaria de Meio Ambiente de Minas Gerais. Eu vim aqui de curiosa mesmo, só que me chamou a atenção a próxima pauta, a pauta da próxima reunião: arborização urbana. Eu queria me colocar à disposição, porque a minha dissertação de mestrado foi justamente sobre a gestão da arborização urbana no Estado de São Paulo. Então estou à disposição. É um assunto que me interessa bastante. Eu estou de mudança para a capital nos próximos meses, então eu fiquei feliz de saber que foi criada a Comissão Municipal de Arborização Urbana. Estou à disposição para o que vocês precisarem. Tá bom? Obrigada.

Ivan Cáceres (Coordenador) – Ok, muito obrigado a Camila pela sua apresentação. Cristina Antunes, por favor.

Cons. Cristina Antunes (SAJAPE - Sul 2) - Eu queria pedir para a Camila o nome da sua dissertação, para a gente poder consultar. Mas eu tenho um outro comentário a respeito da intervenção da Sueli.

Camila Melani Neves Costa (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - MG) - o nome é Gestão da Arborização Urbana no Estado de São Paulo.

Cons. Cristina Antunes (SAJAPE - Sul 2) - E o seu nome completo?

Camila Melani Neves Costa (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - MG) - Camila Melani Neves Costa.

Gilberto Natalini (Presidente) – Camila, se você mandar para nós, para o CADES, a gente multiplica para todos os Conselheiros. Se você puder fazer o favor, você pega o e-mail do CADES.

Camila Melani Neves Costa (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - MG) - Maravilha, combinado.

Cons. Cristina Antunes (SAJAPE - Sul 2) - O outro assunto. Eu queria emendar com a Sueli esse questionamento do alcance dos serviços dos Ecopontos, Natalini. A gente fala há anos que o Ecoponto tem um contrato muito ruim com as concessionárias, limitado, mal destinado, porque todos os volumosos, por



exemplo, que vão para lá, vão parar no aterro. A gente teria outros usos para isso e é proibido tirar do Ecoponto. Madeiras e resto de poda, devia ter compostagem no Ecoponto, em cada Ecoponto devia ter a utilização da madeira no próprio Ecoponto, manipulação das madeiras no próprio Ecoponto. Hoje eu convidei a Maria José para vir aqui. A Maria José é guerreira nossa. Ela vive lá no Ecoponto, ela reclama, ela manda questionamentos para a AMLURB e, infelizmente, a gente não vê reação. Obviamente isso tem uma relação íntima com o meio ambiente, então a gente queria solicitar que essa Secretaria interviesse no contrato AMLURB com as concessionárias. É absolutamente favorável às concessionárias. A própria concessionária é dona do aterro, que ganha por volume, então ela não tem nenhum interesse em manipular materiais de outra forma. Reuso, reciclagem, reaproveitamento... tudo isso poderia ser feito. O volume que iria para o aterro seria muito menor, portanto as concessionárias ganhariam menos. Ela faz o transporte, atravessam a cidade inteira para levar esses materiais, portanto agravam a situação do trânsito na cidade. E desperdiçam volumes enorme de materiais que poderiam ser reaproveitados no próprio Ecoponto ou, pelo menos, com parcerias que a gente fizesse localmente. Eu vou te denunciar, Mazé. A Mazé leva material para a casa dela e o marido dela faz móveis que inclusive vão para os parques, para serem utilizados. Isso a gente não pode fazer, desobediência civil. Isso a gente faz, a gente pratica, mas a gente precisa que o contrato melhore (vozes ao fundo). Não, tudo bem, a gente visita na cadeia depois (risos). A gente precisa com urgência rever esses contratos, e a gente sabe que estão para sair novos contratos agora. É a quarta vez que mudam os contratos, e a gente não consegue que coloquem lógica, sensatez, bom senso nesses contratos.

Gilberto Natalini (Presidente) - Esgotado o Conselheiro, por favor, identifique-se para efeito de ata.

Cons. José Edilson Dias (IBAMA) – José Edilson, Ministério do Meio Ambiente. A gente estava falando sobre resíduos sólidos e a Lei Nacional de Resíduos Sólidos está completando sete anos. E quem deveria fiscalizar a lei é o IBAMA. Existe a Instrução Normativa 01, de 2013, atrasada quatro anos. Ninguém fiscalizou até hoje. Então, ontem eu recebi uma determinação da Senhora Presidente do IBAMA. Nós vamos fazer aqui no Estado de São Paulo a fiscalização de todos os Municípios. Primeiro, tem Município que não tem nem Plano Municipal de Resíduos Sólidos aprovado, não tem lei municipal. Tem município que não tem nenhum critério de destino do lixo, do resíduo sólido. Então, o brasileiro está esperando que os Municípios façam as suas tarefas que estão no dia a dia, do lado da sua casa, para poder acreditar na política, nos governantes. Então, a



ordem foi justamente essa. A gente está fiscalizando os Municípios. Eu acho muito bom que São Paulo esteja com essa visão de estar resolvendo a questão do lixo. Quem deve ter o plano de manejo - eu espero que sim, né? Talvez o Secretário saiba se houve aprovação da Lei Municipal de Plano de Resíduos Sólidos, deve ter havido. Mas a gente está fazendo agora um cronograma e dentro de um mês a gente vai começar a fiscalizar todos os Municípios do Estado de São Paulo, porque o Estado de São Paulo é vitrine para o Brasil e a cidade de São Paulo mais ainda. Então é muito bom esse Conselho, que as pessoas que estão aqui, estejam preocupadas com as destinações dos resíduos. Isso é uma coisa necessária. Está na lei e quem não obedecer a lei vai ser autuado. Então, aguardo que o Município esteja tomando as providências para estar cumprindo o seu papel. Era isso é o que eu ia falar. Obrigado.

Ivan Cáceres (Coordenador) - Muito obrigado. Senhor Presidente, Senhores Conselheiros, não havendo mais nada... Nós precisamos encerrar... A Conselheira, por favor, rapidamente. A primeira, por gentileza.

Cons. Andrea Franklin (SMSO) - Primeiro falar sobre o programa de arborização que o Secretário mencionou. Eu acho que é extremamente importante. E colocar para reflexão, até para a gente debater na apresentação, a questão de a gente conseguir articular com as compensações ambientais, que são estabelecidas nos Termos de Compromisso, nos TCAs, de forma que esse plantio, que a cidade já vai fazer, não se sobreponha; que a gente não tenha duplo trabalho em cima do que foi previsto para o DEPAVE. Eu falo isso porque as obras de infraestrutura elas normalmente têm TCA que são extremamente pesados, e a gente tem alguns passivos que já foram falados e que a gente tem intenção de estar resolvendo. E talvez fosse o caso de a gente repensar até o que está estabelecido na portaria, qual é a melhor forma de o Município gastar o dinheiro da compensação, de uma forma articulada com o DEPLAN, com os parques lineares, já que a gente já vai ter o plantio de arborização ao longo das vias. Porque é um problema, de fato, a gente conseguir plantar nas calçadas e nas áreas abertas, para conseguir depois dar uma manutenção e garantir que esse espécime tenha uma vida que chegue no tamanho que para a cidade seja benéfico. Acho que é o momento de a gente repensar também a legislação. A gente fica um pouco engessado quando a ação é individual de você colocar lá um TCA e depois ter que cumprir, mas acho que a gente tem que ter um olhar sistêmico, porque a gente está falando de um volume grande de plantio, um volume grande de recursos que sai da própria Prefeitura. Era isso.

Ivan Cáceres (Coordenador) - Ok.



Cons. Maria Cecília Pellegrini Góes (Morro do Querosene) - E com relação ao resíduo sólido que a gente trouxe aqui essa questão, eu me lembrei de uma coisa, Secretário, não sei como seria o encaminhamento, mas a coleta que é feita lá no meu bairro, através das caçambas, está um abandono, está uma sujeira muito... Butantã, Morro do Querosene, mas os arredores também estão... Não sei como é feita essa fiscalização mas... (sons ao fundo) Ah, então farei isso....AMLURB, né?... Ah, então está bom. Está ótimo. Eu vou mandar para o Senhor, então. Maravilha. Está ótimo. Obrigada

Ivan Cáceres (Coordenador) - Agora sim. Não havendo mais nada a tratar, declaramos encerrada a reunião e agradecemos a presença de todos. Comunicando, a próxima reunião será no dia 19 de julho aqui no mesmo local. Muito obrigado e um bom dia a todos e a todas.

GILBERTO NATALINI

Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente
 e Desenvolvimento Sustentável – CADES
 Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente

Conselheiros presentes:

ALESSANDRO AZZONI
 ANDREA FRANKLIN SILVA VIEIRA
 ANGELA MARIA BRANCO
 BEATRIZ MACHADO GRANZIERA
 CÉLIA MARCONDES
 CRISTINA ANTUNES
 CRISTINA SCANTAMBURLO KIRSNER
 EDUARDO STOROPOLI
 GEORGE DOI
 LUCIO FLEURY DE OLIVEIRA BICHARRA
 LYGIA CECILIA CUNHA
 JANAÍNA REIS DO NASCIMENTO

JOÃO HENRIQUE STOROPOLI
 JOSÉ EDILSON MARQUES DIAS
 MARCELO DE MENDONÇA BERNARDINI
 MARIA CECÍLIA PELLEGRINI GÓES
 ROBSON MAIDA PROFENZANO
 RODRIGO ARRAVAL
 ROSE MARIE INOJOÇA
 ROSÉLIA MIKIE IKEDA
 SUELI RODRIGUES
 THAIS MARIA LEONEL DO CARMO
 WALTER PIRES

CONSELHEIROS SUPLENTES PRESENTES:

THIAGO BIDA BRIANTI

CONSELHEIROS COM JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIA:

ANGELO IERVOLINO / MILTON TADEU MOTTA

COORDENADOR GERAL:

Ivan Cáceres

SECRETÁRIO EXECUTIVO:

Édson Bueno